

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019
(Da Sra. Renata Abreu)

Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para incluir os programas de combate e prevenção de violência contra a mulher como modalidade de projeto apoiado pelo Fundo Nacional de Segurança Pública e altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, autorizando o uso de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública em ações envolvendo prevenção e combate à violência doméstica e familiar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, passa a vigorar acrescido de um inciso VIII, com a seguinte redação:

Art. 4º
.....
VIII – programas de combate e prevenção de violência contra a mulher.

Art. 2º O art. 35 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescido de um parágrafo único, com a redação que se segue:

Art. 35.
.....
Parágrafo único. As ações previstas neste artigo se enquadram dentro do conceito de programas de combate e prevenção de violência contra a mulher e poderão ser custeadas com os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Esta proposição consiste na reapresentação do Projeto de Lei nº 6.129/2016, de autoria do ex-deputado federal Flavinho. Arquivou-se a citada proposição ao final da 55ª Legislatura, conforme o art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Todavia, esse projeto mantém-se politicamente conveniente e oportuno, como se pode concluir de sua justificativa:

“O número de atos de violência contra a mulher tem alcançado proporções alarmantes. No intuito de combater a isso são necessárias iniciativas legislativas com fim de fortalecer programas que promovam o combate e a prevenção da ocorrência dessa modalidade odiosa de delito.

Apesar de já ser crime, a violência contra as mulheres segue vitimando milhares de brasileiras. Dados divulgados pela Central de Atendimento à Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) mostram que em 2015, 38,72% das mulheres em situação de violência sofrem agressões diariamente e que em 33,86% destas mulheres a agressão é semanal.

Outro dado alarmante é que 67,36% dos casos de violência contra as mulheres foram cometidos por homens com quem as vítimas tinham ou já tiveram algum vínculo afetivo como companheiros, cônjuges, namorados ou amantes. Já em cerca de 27% dos casos, o agressor era um familiar, amigo, vizinho ou conhecido.

Salienta-se que nos dez primeiros meses de 2015, do total de 63.090 denúncias de violência contra a mulher, 31.432 corresponderam a denúncias de violência física (49,82%), 19.182 de violência psicológica (30,40%), 4.627 de violência moral (7,33%), 1.382 de violência patrimonial (2,19%), 3.064 de violência sexual (4,86%), 3.071 de cárcere privado (1,76%) e 332 envolvendo tráfico (0,53%). Os atendimentos registrados pelo “Ligue 180” revelaram que 77,83% das vítimas possuem filhos (as) e que 80,42% desses (as) filhos(as) presenciaram ou sofreram a violência.

Como foi possível observar acima, por mais que se tente combater este tipo de violência esta ainda é praticada de forma descontrolada. Cumpre salientar que muitas vezes isso ocorre por falta de verbas públicas para auxiliar no combate e prevenção destes crimes.

Desta forma, cabem aos legisladores criarem leis que possam auxiliar as forças policiais a cumprirem o seu nobre papel de proteger e combater as violências contra as mulheres.

Visando isto propomos por meio deste projeto de lei a alteração no Fundo Nacional de Segurança Pública a fim de que sejam destinados

recursos deste fundo para o combate e prevenção de violência contra a mulher.

Nesse sentido, estamos propondo alterações na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e na Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001.

Estas alterações são coordenadas.

Ao mesmo tempo em que se pretende incluir no artigo 4º da Lei nº 10.201/01, um inciso que destina recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para programas de combate e prevenção de violência contra a mulher, pretende-se incluir também um parágrafo único no art. 35, da Lei nº 11.340/06 na qual ficará definido de forma taxativa quais serão as ações que receberão recursos desse Fundo.

Com isso, será possível assegurar recursos para importantes ações, como a implantação e funcionamento de centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar; casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar; delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar; além de programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar. Ações que, implementadas, irão contribuir de forma considerável para que a violência contra as mulheres seja efetivamente combatida e reduzida em nosso País.

Apenas para destacar a importância deste projeto de lei, destacamos que os danos causados à vida familiar por conta desse problema de violência contra a mulher se refletem inclusive, de forma bastante negativa, no desenvolvimento dos filhos. Estudos realizados, em 1997, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) apontam que filhos e filhas de mães vítimas de violência apresentam um número três vezes maior de chances de adoecerem e 63% dessas crianças reprovam pelo menos uma vez no colégio, desistindo dos estudos em média aos nove anos de idade.

Ao contrário do que muitos pensam, o citado problema não atinge somente as mulheres e a vida familiar, mas também o resto da sociedade. Os gastos com assistência à saúde resultantes desse tipo de violência são altíssimos. O BID fez uma estimativa de que o custo total da violência doméstica varia de 1,6% a 2% do PIB de um país. No artigo “Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seu parceiro”, publicado, em 2005, no vol. 39 nº 1 da Revista de Saúde Pública, o Brasil é apontado como o país que mais sofre com a violência doméstica, problema que se converte na perda de 10,5% do seu PIB.

Conforme visto o problema da violência contra a mulher ultrapassa os danos causados apenas nas famílias e atinge a toda sociedade. Desta forma este projeto de lei pretende dar o devido aporte financeiro a esta importante temática.”

Concordando com os argumentos apresentados nessa justificativa, submetemos novamente a matéria ao Congresso Nacional, com esperança de sua aprovação nesta legislatura.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2019.

Dep. Renata Abreu
Podemos/SP